

CONSTRUÇÕES DO LITERÁRIO NO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE)

Thaís Cristofolleti de Vasconcelos¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar os passos iniciais da pesquisa acerca das construções do literário produzidas por uma das mais recentes políticas públicas literárias brasileiras, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). A problemática desta pesquisa está inserida na compreensão e na leitura crítica de como um programa nacional de formação de leitores constrói múltiplas concepções do literário, por meio de documentos oficiais e acervos literários. Nesse contexto, é possível compreender como a seleção do PNBE contribui para fortalecer ou dissolver padrões de literatura hegemonicamente estabelecidos? Este trabalho pretende apresentar o andamento da pesquisa com a leitura crítica sobre as fases e os constructos acerca do literário no programa e, ao final, apresentar um breve perfil das obras diante do recorte do PNBE Literário 2013, entendendo como a literatura articula-se com parâmetros incentivados pelo Estado, produzindo concepções sobre o fazer literário, a institucionalização de cânones e a construção de um imaginário simbólico em diferentes gerações de leitores em todo território nacional.

Palavras-chave: Literatura. Políticas literárias. Formação de leitores. PNBE.

Abstract: The objective of this article is to introduce the initial steps of the research about the constructions of the literary produced by one of the most recent Brazilian public literary politics, the National School Library Program (Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE). The problematic of this research is inserted in the understanding and critical reading of how a readers formation national program constructs multiple conceptions of the literary, by means of official documents and literary collections. In this context, is it possible to understand how the National School Library Program (Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE. Eu tiraria esses parentheses. Já foi explicado acima) selection contributes to reinforce or weaken hegemonically established literature patterns? This work intends to present the progress of the research with the critical reading of the phases and constructs about the literary in the program and, at the end, to provide a brief profile of the literary works in the 2013 PNBE sample, understanding how literature articulates with parameters encouraged by the State, producing conceptions about the literary making, the institutionalization of canons and the construction of a symbolic imaginary in different generations of readers throughout the national territory.

Keywords: Literary politics. Readers formation. PNBE.

1. INTRODUÇÃO

Ao considerarmos a dimensão de que o valor e a semantização do espaço do texto como literário são constituídos numa teia de relações histórias, culturais e interpretativas, essa pesquisa tem o intuito de realizar uma leitura crítica do acervo do PNBE, identificando qual escrita tem sido valorizada como literária e qual não tem, na perspectiva e engendramento desse

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia.
E-mail: thaisacvasconcelos@gmail.com.

programa de Estado. Segundo Eagleton (2006), “literatura é um tipo de escrita altamente valorizada” (EAGLETON, 2006, p. 16), não por seu caráter inerente à obra, mas determinada por discursos e condições históricas e ideológicas. Sendo assim, essa pesquisa nos leva a questionar quais leituras e discursos estão inscritos nessas obras que compõe acervos literários escolares nacionais e que constroem um imaginário literário. Refletindo, também, como as relações de poder estão implicadas nas diferentes concepções promovidas pelo Estado e que movimentam o campo literário por meio de noções de linguagem, cultura, escrita e das representações.

Ao estudarmos a história da literatura, deparamo-nos com a noção de literatura extrapolando o corpo literário e revelando-se um campo disputado por diferentes concepções e relações de poder. Ou seja, a ideia de literário é lida em cada época de maneira diferente. Como afirma Eagleton “a definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve ler, e não da natureza daquilo que é lido” (EAGLETON, 2006, p. 12). Isso não significa que toda e qualquer produção será lida como literatura, mas diz respeito às relações associativas, aos julgamentos de valor que engendram-se mais como uma forma de que como as pessoas ou as instituições se relacionam ao texto literário e menos como uma qualidade inerente e essencialista de literatura. A literatura “ao invés de ser definida por uma substância, possa ser caracterizada por seu valor”, (DURÃO, 2016, p. 107) evidentemente, atribuído pelos agenciamentos que atravessam o constructo do literário.

Ao pensarmos nas esferas públicas e nos programas nacionais de promoção da literatura e da formação de leitores, essa leitura crítica sobre o fazer literário toma uma dimensão muito maior, ao definir e legitimar cânones literários, que influenciam inúmeras gerações de leitores e definem concepções de literatura, numa perspectiva política.

2. PNBE - O PROGRAMA E AÇÕES PRINCIPAIS

A primeira etapa da pesquisa foi identificar o perfil e as diferentes nuances que o PNBE difundiu ao longo de quase vinte anos. O Programa Nacional Biblioteca da Escola foi desenvolvido em 1997, pela Portaria 584, do Ministério da Educação, com o objetivo de promover à cultura e à leitura aos alunos e professores das redes públicas de educação básica, por meio da oferta de acervos de obras de literatura, pesquisa e referência, para compor as bibliotecas ou salas de leitura das unidades escolares. Mantendo-se ativo até 2014, distribuiu acervos literários, periódicos e obras de referência, anualmente, para escolas públicas cadastradas pelo Censo Escolar, em todo território nacional. Isto é, um acervo único, a cada edição, para todas as unidades escolares inscritas, independente do perfil ou especificidades de

cada região. Suspenso desde 2015, dado o cenário político, chegou a ter publicado neste mesmo ano um edital de seleção e convocação para o PNBE Indígena, mas que nunca foi executado. Ao final de 2018, o programa foi retomado, entretanto, deixando a nomenclatura do PNBE para ser integrado ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com alterações significativas no processo de escolha.

O PNBE, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), em cooperação com outras secretarias e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) realizou ações alternadas, ora para escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos; ora para escolas dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a partir de três eixos principais de ações: o PNBE Literário (composto por textos em prosa, em verso, livros de imagens e de histórias em quadrinhos); o segundo, PNBE Periódicos (formado por revistas e jornais de apoio didático a todos os ciclos da educação básica); e o terceiro, PNBE do Professor (com material de referência à práxis pedagógica). A seguir, uma tabela com todas as ações do PNBE ao longo do programa:

Tabela 1- Cronologia das ações do PNBE

Ano	Ação do PNBE
1997	PNBE Literário e obras de referência.
1998	PNBE Literário e obras de referência.
1999	PNBE Literário.
2000	PNBE Professor.
2001	PNBE Literatura em Minha Casa.
2002	PNBE Literatura em Minha Casa.
2003	PNBE Literatura em Minha Casa, Casa da Leitura, Biblioteca do Professor, Biblioteca Escolar (Literário), Palavras da Gente.
2004	PNBE Literatura em Minha Casa, Casa da Leitura, Biblioteca do Professor, Biblioteca Escolar (Literário), Palavras da Gente.
2005	PNBE Literário.
2006	PNBE Literário.
2007	Não houve PNBE.
2008	PNBE Literário.
2009	PNBE Literário.
2010	PNBE Literário, PNBE do Professor e PNBE para leitores com necessidades educacionais especiais.
2011	PNBE Literário e PNBE Periódicos.
2012	PNBE Literário e PNBE Periódicos.
2013	PNBE Literário, PNBE do Professor e PNBE Temático, PNBE Periódicos.

Segundo o Portal do MEC, o objetivo do programa é “fornecer aos estudantes e professores material de leitura variado para promover tanto a leitura literária, como fonte de fruição e reelaboração da realidade”², ou seja, nessa perspectiva a literatura recebe um atributo funcional e valorativo de articular estética e autonomia crítica. Segundo Culler (1999), o que

² Fonte: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em 17 abril 2018.

diferencia as obras literárias de outros textos “é que eles passaram por um processo de seleção: foram publicados, resenhados e reimpressos, para que os leitores se aproximassem deles com a certeza de que outros os haviam considerados bem construídos e ‘de valor’” (CULLER, 1999, p.33), o que implica um princípio de cooperação e proteção entre os campos institucionais e o objeto. O PNBE, de acordo com os critérios estabelecidos em cada edital de seleção promove a cisão entre obras de valor literário e obras de referência, e que estão sendo pesquisados neste trabalho a cada edital, mas ainda em processo de desenvolvimento.

Em publicações oficiais recentes, o programa defende que textos literários serão avaliados por seu trabalho estético da linguagem, entendida como: no caso dos textos em prosa - coerência e consistência da narrativa, ambientação, caracterização dos personagens, adequação dos personagens e variáveis de natureza situacional e dialetal; nos textos em verso – adequação da linguagem ao público destinado, a função estética também precisa ir ao encontro da função ética, não admitindo preconceitos, moralismos ou estereótipos (BRASIL, 2010). Ainda no aspecto qualidade do texto, os editais do PNBE Literário recorrentemente mencionam que é preciso observar as obras e os princípios que historicamente orientam a produção e a recepção literária. Dessa forma, literatura, para o PNBE, é entendido tanto quanto trabalho estético com a linguagem, como a construção auto referencial e intertextual da obra literária, isto é, a literatura é vista como uma prática “na qual os autores tentam fazer avançar ou renovar a literatura e, desse modo, é sempre uma reflexão sobre a própria literatura” (CULLER, 1999, p. 41).

Ao lermos as ações do PNBE Literário, conseguimos identificar três fases desse sistema simbólico de produção, refletindo as concepções de cada governo correspondente. Logo na primeira fase do PNBE, entre 1997 e 2002, o programa aponta engatinhar sobre os processos de seleção. No período entre 1997, 1998 e 1999, embora tenham sido localizados apenas os extratos de publicação dos editais, é possível fazer uma leitura descritiva e crítica dos acervos selecionados para entender a concepção literária no avesso dessas escolhas. Em 1997 e 1998 (anos em que o PNBE destinou os livros para escolas de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental), foram selecionados 125 títulos, no primeiro ano, e 215 no segundo. Pela descrição do histórico no Portal do FNDE, fica evidente que a escolha foi pautada pela inclusão das “obras clássicas e modernas”³ da literatura brasileira. Ou seja, há mais uma preocupação com um projeto literário que represente a identidade nacional entre a tradição e a corrente modernista.

Embora os livros fossem destinados a um público em processo de transição entre a infância e a juventude, a maior parte dos títulos (com exceção das mais de vinte obras de

³ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em 17 abril 2018.

Monteiro Lobato e explicitamente indicadas ao público infantil), as demais obras, geralmente, indicadas para leitores mais adultos, ficam a cargo de escritores de períodos literários diversos, como: Graciliano Ramos, Jorge Amado, José de Alencar, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa. Em meio a tantos autores, apenas três autoras ocupam esse lugar de “clássico da literatura brasileira”, com algumas obras de Clarice Lispector, Raquel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Cecília Meireles. A concepção de literatura traduz tanto o conceito de nacionalidade como das produções literárias já consagradas pela crítica.

Outro dado relevante ao longo da pesquisa foi pensar a contratação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), em 1999, para selecionar títulos que seriam distribuídos para escolas de 1ª a 4ª séries, “a seleção deverá ser feita entre as Obras Altamente Recomendadas e Premiadas, sendo que o principal critério de escolha será a qualidade do livro, observando-se, em iguais condições, texto, imagem e projeto gráfico.”⁴. As obras escolhidas deveriam contemplar os gêneros: narrativa clássica, narrativa contemporânea, poesia e teatro, e livros para alfabetização. É interessante perceber que no relatório da FNLIJ o critério da qualidade foi determinante para escolha das obras e as expressões “qualidade” e “estética” são recorrentemente citadas. Entretanto, a discussão que esquadriharia o conceito de qualidade não é apresentada. Importante destacar nesse ponto, que os mantenedores da FNLIJ são os próprios grupos editoriais, o que levanta uma dúvida: em que medida os critérios literários perpassam discussões de campos ou interesses mercadológicos? O relatório não distingue maiores especificidades sobre o conceito de literatura, apenas parte dos gêneros escolhidos e, sobretudo, da qualidade estética.

Na segunda fase do PNBE Literário, entre 2003 e 2010, fica evidente uma expansão significativa de novos desdobramentos e ações de fomento à literatura. Neste período, chegou-se a executar cinco diferentes ações simultâneas: 1. *Literatura em Minha Casa* (de uso pessoal e propriedade do aluno do Ensino Fundamental); 2. *Palavras da Gente* (também de uso pessoal e propriedade do aluno da Educação de Jovens e Adultos – inclusos pela primeira vez no programa); 3. *Casa da Leitura* (para uso de toda comunidade e do município em bibliotecas comunitárias); 4. *Biblioteca do Professor* (de uso pessoal e propriedade do professor); 5. *Biblioteca Escolar* (para compor as bibliotecas escolares) com a distribuição com 144 títulos de obras literárias e não literárias selecionadas em acervos anteriores.

Neste período passaram a ser publicados os primeiros editais de seleção e composição das obras, o que representa um marco no contexto institucional literário para o PNBE, pois explicita a concepção de literatura adotada pelo programa, bem como suas transformações ao

⁴ Fonte: <http://www.fnlij.org.br/site/pnbe-1999.html>. Acesso em 27 março 2018.

longo dos anos. O critério clássico da literatura universal foi extinguido e o conceito de panorama literário nacional e estrangeiro passa a ser adotado. Outros gêneros textuais são inseridos no campo literário: quadras, parlendas, cantigas, textos de tradição popular, novelas, lendas, fábulas, adivinhas, entre outros. Os critérios de seleção para concepção de literário estava inscrita, explicitamente, sob a qualidade do texto, adequação temática, projeto gráfico e representatividade das obras (BRASIL, 2005). Esses três primeiros critérios tornam-se a base do processo de seleção.

Por qualidade do texto literário, segue a interpretação de que as obras além de contribuir para ampliar o repertório linguístico dos leitores, deverão propiciar a fruição estética, desde que desaconselhados aqueles que reproduzam clichês, preconceitos, estereótipos ou qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 2005). O conceito de literário inicia uma expansão para além do objeto, ao mencionar que diferentes conceitos culturais, sociais e históricos devem ser considerados. É também o primeiro edital que ressalta que a representatividade das obras é um critério relevante para escolha, isto é, diferentes propostas e programas literários – desde aqueles que já firmaram uma tradição e conquistaram o reconhecimento de diferentes instâncias da instituição literária, àqueles que rompem com esta tradição e propõe contemporaneamente novos modelos e princípios (BRASIL, 2005, p. 14). Além disso, títulos selecionados nos anos anteriores não poderiam ser novamente selecionados, fator que promove uma barreira, em partes, na cadeia canônica de determinados títulos.

Ao final deste ciclo do PNBE Literário, em 2010, na introdução do documento oficial, o MEC posicionou-se explicitamente sobre sua definição de literatura, partindo do princípio de que a literatura é um patrimônio cultural a qual todos os cidadãos devem ter acesso. (BRASIL, 2010, p. 25). Reconhecendo o livro como um bem cultural e de acesso limitado no país, considera a escola e o programa literário como meios democráticos de acesso a esse capital simbólico. O edital deste ano desdobra a Declaração Universal dos Direitos Humanos, entrelaçando a possibilidade do caráter humanizador da literatura como direito de participar livremente da vida cultural da comunidade. Essa perspectiva nos faz aproximar, inevitavelmente, das ideias de Cândido:

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório, mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelos menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CÂNDIDO, 1995, p. 244)

Esta pesquisa não defende que à literatura, inerentemente, caibam funções pré-concebidas ou essencialistas. Nossa proposta, no entanto, é discutir quais funções são atribuídas, neste caso, por uma política pública de formação de leitores. Princípios como “valorização da identidade nacional” (BRASIL, 2010, p. 26) e textos que permitam “ver sua realidade retratada, elaborada e recriada de forma literária nos livros” (BRASIL, 2010, p. 27) também passaram a ser descritos como projeto literário e marcaram as diretrizes para os próximos anos no programa.

Na terceira e última fase do PNBE, entre 2011 e 2015, foram fortalecidas as concepções do ano anterior e cada vez mais o programa apontou um caminho de que a literatura permita “novas experiências e a novas expectativas diante da arte, ampliando não apenas os referenciais estéticos, mas, e principalmente, sua capacidade de reflexão diante do mundo que o cerca” (BRASIL, 2011, p.14). Um dado relevante deste período é a parceria do MEC com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI (extinta pelo atual governo), que elaborou pela primeira vez o PNBE Temático. Uma abertura significativa para as temáticas indígenas, quilombolas, do campo, dos direitos humanos, da sustentabilidade, das relações étnico-raciais e das questões que envolvem a juventude. Mas, se por um lado o projeto de leitura do governo expande as temáticas, por outro, o edital determinou que só poderiam ser inscritas obras de referências, entendidas como narrativas de experiências, almanaques, dicionários, atlas, enciclopédias temáticas (BRASIL, 2013, p. 13), estabelecendo ainda uma cisão entre determinadas temáticas e seu valor literário. Enfim, se cada vez mais o programa cresceu e seguiu rumo da pluralidade dos diferentes contextos sociais e culturais do país, a parceria com a SECADI foi fundamental para colocar em prática uma seleção de acervos que dessem início a essa multidiversidade, ainda que as obras não fossem consideradas, preponderantemente, literárias.

Nessa lógica, podemos pensar que o PNBE cria um sistema de crenças e modos de pensar o Brasil e a literatura desde os documentos oficiais. Inicia uma fase em que obras consagradas do período modernista brasileiro, sem a publicação de critérios de seleção, apenas com a divulgação de uma lista de obras contempladas. Posteriormente, passa gradualmente a integrar critérios de seleção, como: qualidade do texto, adequação temática e projeto gráfico (itens que serão explorados ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa) e a aproximação do ideal de literatura enquanto um direito ao qual os cidadãos devem ter acesso, de modo, que haja uma integração entre um panorama literário plural em diálogo com os diferentes contextos sociais e culturais do país, visto, sobretudo, ser um acervo de dimensão nacional.

3. PERFIL DAS OBRAS

O PNBE cria um sistema de crenças e modos de pensar o Brasil por meio de seus acervos literários. A questão que emerge nesse ponto da pesquisa é qual o perfil das obras escolhido para representar essa pretensão de projeto nacional cultural e literário? Quais autores, etnias, gêneros, regiões, temas, culturas, protagonistas são escolhidos para dar voz a um contexto nacional diverso? Entendemos, até então, que os acervos exercem uma espécie de metonímia, onde parte de uma coleção pretende representar toda uma produção literária nacional. Bourdieu, em *As regras da Arte* (1996), nos ajuda a pensar que “A tradução sensível dissimula a estrutura, na forma mesma na qual apresenta e graças à qual é bem-sucedida em produzir um efeito de crença (antes que de real)” (BOURDIEU, 1996, p. 48), isto é, a obra literária, no PNBE, seria a tradução sensível da estrutura produzida pelos editais e documentos oficiais. O sistema de crença, ou os acervos escolhidos para representar produzem um efeito de crença sobre o que e quem está legitimado no espaço literário.

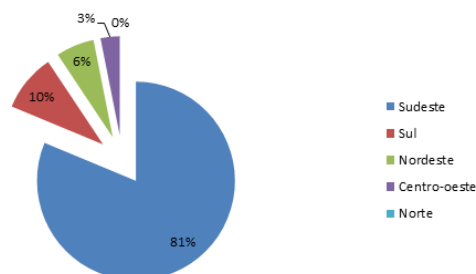
Em seus estudos sobre o campo literário, Bourdieu (1996) analisa que essa subordinação estrutural se estabelece de maneira desigual entre os autores, dependendo de sua posição e mediações no campo, isto é, as relações entre o mercado, as ligações duradouras, as afinidades de sistema de valores que orientam uma espécie de mecenato generoso pelo Estado (BOURDIEU, 1996, p. 65). Essa mediação desigual torna-se visível, ao identificarmos, por exemplo, a recorrência presente de obras de Monteiro Lobato, que foi contemplado ao menos em dez edições do PNBE Literário, em contraponto com a escritora Maria Carolina de Jesus, até então, publicada uma única vez, no PNBE 2013, com a obra *Quarto de despejo*.

Considerando a dimensão do programa, a quantidade de obras já distribuídas e o tempo para essa pesquisa, optamos por fazer um recorte no último PNBE Literário destinado aos leitores dos anos finais do Ensino Fundamental para que fosse possível a identificação e análise do perfil das obras. Essa escolha justifica-se, primeiro, por ser um edital recente da política do PNBE, concentra a progressão de concepções adotadas, procurando representar a pluralidade cultural do país, e, segundo, porque a pesquisadora encontra-se próxima aos acervos destinados a essa faixa etária, valendo-se de sua experiência docente ao lecionar em uma sala de leitura, no município de São Paulo, entre 2013 e 2016.

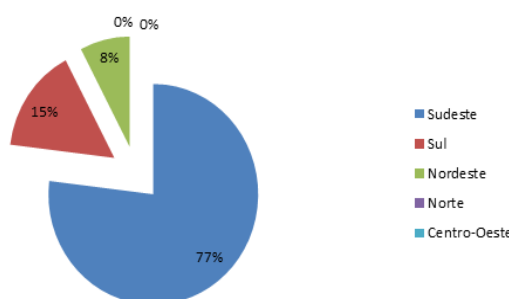
Na amostra das 180 obras (divididas em três acervos com 60 títulos cada) do PNBE Literário 2013, iniciamos a pesquisa sobre o perfil das obras a partir de suas autorias. A começar pela origem dos autores, identificamos uma maioria de autores brasileiros (115 no total) e uma minoria de autores estrangeiros (59 no total), ou seja, dois terços dos escritores são brasileiros, o que demonstra uma preferência do programa pelo panorama literário de autores nacionais.

Ao olharmos para a autoria brasileira selecionada, por região, a perspectiva cartográfica demonstra um desequilíbrio entre autores das diferentes regiões do país, como mostram os gráficos⁵ a seguir:

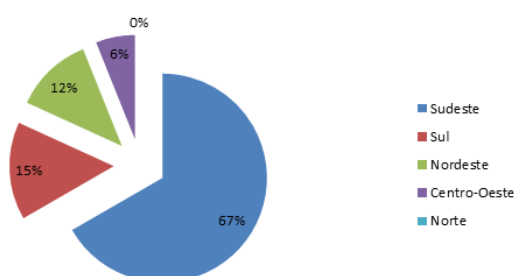
Acervo 1 - Autores brasileiros / Região



Acervo 2 - Autores brasileiros / Região



Acervo 3 - Autores brasileiros / Região



A autoria da região norte, praticamente, inexistente nos acervos literários neste ano do programa. O eixo Sul-Sudeste prevalece em praticamente todas as coleções e que provoca o questionamento: como as obras podem representar a diversidade de contextos do país, como aspira a estrutura dos documentos oficiais, sem dar voz aos autores de determinadas regiões? Como pode contribuir para a quebra de estereótipos, se reproduz uma hegemonia autoral de

⁵ Os dados dos acervos do PNBE 2013 a seguir foram obtidos a partir das relações de títulos e autores que constam no portal oficial do MEC. (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/acervos> . Acesso em 18 abril 2018)

produção e circulação de bens culturais? O recorte regional hierarquizado no Sudeste parece engolir as demais parcelas de autorias de outras regiões. Esses números não indicam, evidentemente, que aqueles que fazem parte de uma determinada região não estejam falando de personagens e espaços poéticos ou narrativos diferentes do lugar que se fala. Contudo, a perspectiva multivocal, como conceitua Santiago (1978), de uma transversalidade de vozes e identidades, torna-se nesse programa literário bastante reduzida e seletiva, deixando ao relento vozes autorais das outras regiões brasileiras, como as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A questão é que sem a transversalidade de vozes, provavelmente, identidades e culturas são produzidas por uma visão centrada e não diversa.

O quadro dos escritores estrangeiros também não difere muito no que tange a uma perspectiva elitista. Procuramos identificar a nacionalidade desses autores, a fim de reconhecer qual olhar panorâmico da literatura estrangeira estava presente, porém o que percebemos foi um recorte eurocentrado dessas autorias. No total dos três acervos, foram identificados 59 autores estrangeiros, dentre eles, um total de 74 autores são de países europeus, ou seja, mais de 74% dos acervos representam uma visão de literatura e cultura estrangeira eurocêntrica. Por vezes, sequer há um único autor de origem africana (como nos Acervos 1 e 3). Dessa forma, notamos que não há escritores que representem um olhar panorâmico da literatura estrangeira para além do continente europeu, como se não houvesse outras expecções artísticas ou o conceito de panorama fosse bastante limitado.

A perpetuação de autoria eurocêntrica (para escritores estrangeiros) e sulista (para escritores nacionais) cria a falsa realidade de que a literatura só é produzida pelas mesmas vozes e fronteiras. Ao mesmo tempo que engendram crenças distorcidas, encobrimo o espaço de conflito e de forças sobre quem está legitimado ou não a fazer parte do campo literário. Além disso, como o leitor pode se ver e refletir acerca de realidades, se a produção literária está sendo produzida a partir de um mesmo olhar, ainda que de autoria diversa, mas sobre as mesmas regiões?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, percebemos que o Programa Nacional Biblioteca da Escola foi um programa de grande relevância e dimensão simbólica para formação de leitores do imaginário brasileiro sobre o fazer literário. Seja por seu volume de obras distribuídas, pela extensão territorial que circulou ou por suas diferentes concepções ao longo dos anos, fatores que produziram (e ainda produzem) e oferecem um capital simbólico para inúmeras gerações de leitores. Durante a pesquisa, até o momento, identificamos três fases principais, que seguem modos de ver a literatura pelo Estado. No início do programa, um viés mais canônico e

preocupado, sobretudo, pela transmissão de obras modernistas brasileiras, passando para segunda fase de democratização tanto da leitura como dos critérios de seleção e a última fase que fortaleceu o vínculo da literatura enquanto um direito e um exercício de construção de si e do mundo. Embora o programa tenha dado passos consideráveis para além da literatura enquanto um projeto modernista e aproximando-se da literatura como um exercício de humanidade, o início do estudo sobre o perfil das obras já demonstra que ainda permanece uma fronteira entre quem está ou não legitimado a ter voz no campo literário do plano nacional: escritores brasileiros sulistas e escritores estrangeiros europeus.

Os próximos passos dessa pesquisa serão identificar e analisar quais obras foram escritas sob essas perspectivas, além de traçar o perfil de gêneros textuais, temas, linguagens, protagonistas e representatividade das obras selecionadas. O intuito é fazer emergir quais crenças estão sendo produzidas por um plano literário nacional, que para além de democratizar o acesso a um bem cultural, que são os livros literários, também produz um imaginário coletivo e simbólico sobre quem está legitimado a falar ou ser representado no campo literário.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE 2005*.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE 2010*.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria da Educação Básica. Secretaria da Educação Especial. *Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE 2011*.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Edital de convocação para inscrição e seleção de obras de referência para o Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE Temático 2013*.

CÂNDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários Escritos*. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

DURÃO, Fabio Akcelrud. O que é crítica literária? 1 ed. São Paulo: Nankin, Parábola Editorial, 2016.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978